

O deslocamento retórico da noção de Raça nos textos historiográficos do III Congresso sul-Riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1940)

Sarah Calvi Amaral Silva*

Resumo: No momento em que cientistas sociais pensavam a construção de uma identidade nacional, as doutrinas raciais européias do século XIX exerceram profunda influência na produção historiográfica das universidades brasileiras no que diz respeito à discussão de políticas públicas de incentivo à imigração européia. Segundo Lourdes Martínez-Echazábal, porém, a partir da década de 1920, devido à influência da antropologia boasiana, a obra de Gilberto Freyre profere uma aparente dissociação entre as noções cultural e biológica de raça. Considerando as conclusões da autora, aponto, neste trabalho, as limitações da utilização do deslocamento retórico da noção de raça como perspectiva teórica na compreensão da sociedade brasileira nos trabalhos do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia.

Palavras-chave: raça – identidade – historiografia

Résumé : Au moment où les scientifiques des chercheurs sociales pensaient la construction d'une identité nationale, les doctrines raciales européennes du XIX^e siècle ont exercé une profonde influence dans la production historiographique des universités brésiliennes en ce qui concernait les discussions sur les politiques publiques d'incitation à l'immigration européenne. Toutefois, selon Lourdes Martínez-Echazábal, à partir de la décennie 1920, en raison de l'influence de l'anthropologie de Franz Boas, l'œuvre de Gilberto Freyre profère une apparente dissociation entre les notions culturelles et biologiques de race. En prenant en considération les conclusions de l'auteur, je mets ici en lumière les limitations de l'utilisation du changement rhétorique de la notion de race comme perspective théorique de la compréhension de la société brésilienne dans les travaux du III^e Congrès d'Histoire et de Géographie de l'État de Rio Grande do Sul.

Mots-clefs : race – identité - historiographie

As nações européias procuraram construir uma idéia de unidade nacional baseada no pressuposto da origem racial comum de seus povos a partir da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, segundo Giralda Seyferth, as noções de “nação” e “nacionalismo” passaram a se confundir, originando o que Hobsbawm denominou “nacionalismo étnico”, fenômeno “impulsionado (...) através dos movimentos imigratórios e da ciência, que ajudou a transformar a raça em conceito central das ciências sociais” (*apud* SEYFERTH, 1996:42). Para Hannah Arendt (1976), o racismo “designa as doutrinas que afirmam a desigualdade das raças humanas partindo do pressuposto que a cultura é biologicamente determinada” (*apud* SEYFERTH, 1996:42). As teorias raciais influenciaram o discurso dos cientistas sociais brasileiros no momento em que era pensada a construção de uma identidade nacional, através das discussões da substituição da mão-de-obra escrava no período pós-abolição e,

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

posteriormente, ao debate sobre o futuro do país em termos de progresso sócio-econômico, sendo estes os aspectos centrais na elaboração de políticas públicas para incentivar a imigração européia para o Brasil.

Segundo Lourdes Martínez-Echazábal, no entanto, devido à influência das categorias de análise da antropologia boasiana¹, a partir da década de 1920 a obra de Gilberto Freyre² profere uma aparente dissociação entre as noções biológica e cultural de raça, sempre pensando a miscigenação como um elemento positivo na conformação da sociedade brasileira. Nas palavras da autora:

Considero que a suposta ruptura epistemológica que se cristaliza na década de 30 representa um deslocamento dentro do discurso da mestiçagem na América Latina, e não uma mudança de discurso. Este deslocamento, se bem que retórico, teve um impacto conceitual significativo na fenomenologia das relações raciais e étnicas nos diversos países do continente e em suas ilhas (...) tal deslocamento retórico tem marcado e contribuído para mudar conceitualmente o discurso da identidade (...) na América Latina até os dias atuais. (1996:121). [grifo da autora].

Se tal deslocamento pode ser percebido em Gilberto Freyre, o mesmo não ocorre nos trabalhos de Lindo Faya, Geraldo Brandão e Daisy Brescia³, participantes do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia, cujas teses buscam compreender a formação social brasileira e suas perspectivas de futuro a partir do debate sobre as relações raciais entre índios, negros e brancos.

Em “A questão da superioridade racial e sua aplicação aos primeiros colonizadores do Brasil”, Lindo Faya propõe-se a responder três questões: 1) O que se deve entender por raça e se existem raças antropologicamente determinadas; 2) Em que se funda em julgamento de desigualdade de raças; 3) Em que consiste a pretensa superioridade racial. Baseado nos postulados de pensadores que privilegiaram a noção antropológica - Kant (raças são fixadas pela ação do meio e misturam seus caracteres por cruzamento), Topinard (não existem raças puras no sentido de continuidade histórica entre as raças originais e seus descendentes), e Le Fur (as diferentes raças são o efeito de ambientes diferentes) -, o autor expõe a sua tese, cujo principal elemento é a idéia de que a raça é o efeito da determinação do meio geográfico

¹ Relativismo cultural, particularismo das culturas e etnocentrismo.

² Referência ao “Manifesto Regionalista” (1926), “Casa-Grande e Senzala” (1933) e “Sobrados e Mucambos” (1936) (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996:114).

³ Alunos da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(1940: 1676). Paradoxalmente, utilizando a classificação antropológica proposta pelo geógrafo Dr. Alfredo Ellis Junior⁴, admite a existência de diferenças físicas e psicológicas intrínsecas a negros e brancos, apesar de as qualidades destes povos não serem compreendidas desta forma, pois “nesse particular, quando falamos que o negro por exemplo tem qualidades diferentes das dos brancos, temos em conta que essas diferenças nasceram de diferenças de ambiente geográfico e social” (1940:1678).

Considerando a determinação geográfica e social das qualidades de negros e brancos, Lindo Faya busca elementos para responder às duas primeiras questões colocadas no trabalho. Para tanto, refuta as hipóteses do “poligenismo” e do “monogenismo”⁵, insuficientes como método científico comparativo entre raças distintas, pois não utilizariam uma medida comum para comprovar a superioridade da raça ariana. Como exemplo dessa insuficiência, é discutida a tese de Gobineau⁶, a qual busca a causa da superioridade da civilização greco-romana em relação às demais. Expondo o que entende por superioridade racial, afirma que “Gobineau não tem razão, porque é impossível seguir na história a evolução da raça” (1940:1681). Para o autor:

(...) as raças consideradas como efeito, isto é, como caracteres determinados por diferenças de meio geográfico e social, existem, e estão ahi em nossa frente, podendo e merecendo de serem estudadas, pois podem ter significação na interpretação da vida de um povo (...) No primeiro caso [o das raças entendidas como efeito] pode-se fallar em superioridade racial, tendo-se em vista a medida comum, que serve para estabelecer a diferença. (1940:1681)

A partir da afirmação acima, é possível perceber que a discussão ocorre dentro dos paradigmas das teorias racistas, visto que o ponto de discordância em relação a Gobineau é a impossibilidade de seguir “na história a evolução das raças”, e não a própria classificação dos seres humanos em tipos raciais distintos, o que contraria um dos postulados de Franz Boas que segundo Denys Cuche, considera que “a característica dos grupos humanos no plano físico é a sua plasticidade, sua instabilidade, sua mestiçagem” (*apud* CUCHE 2005:41).

⁴ “Noções Elementares de Geografia Superior e de Estatística”. A classificação dos tipos europeus e americanos divide-se respectivamente em braquicéfalos e doliocéfalos, porém, tais raças já estariam amplamente misturadas sendo impossível identificá-las antropológicamente. (1940:1677).

⁵ No primeiro, as raças teriam múltiplas origens (as superiores e as inferiores), já no monogenismo, todos os seres humanos possuiriam um ancestral em comum.

⁶ Seus postulados, nos quais a miscigenação era sinônimo de degenerescência, relacionavam o progresso das sociedades à possibilidade de as populações descenderem de sua raça pura fundadora (PETRUCCELLI, 1996: 136).

Porém, é possível identificar um deslocamento parcial da noção de raça, como por exemplo, a idéia de que esta não determina características mentais (qualidades).

Mais adiante, Faya parte para a questão da existência ou não da superioridade racial entre os primeiros colonizadores do Brasil. Para entender a formação social inicial brasileira, analisa primeiramente a procedência do elemento português, baseando-se na tese de Calógeras⁷, apontando uma visão otimista do futuro sócio-econômico do país, já que os europeus que aqui desembarcaram seriam “bem postados” em seu país de origem e, portanto, trariam boas heranças sociais e culturais. Quanto ao elemento indígena, o autor aponta uma suposta superioridade dos nativos em relação aos portugueses: o conhecimento do espaço geográfico. A partir desses elementos, conclui: “Enquanto os portugueses traziam consigo uma civilização e uma cultura, que o índio estava longe de possuir, o índio por sua vez estava mais capacitado para enfrentar o ambiente, pois já era um elemento mais adaptado” (1940:1684).

Privilegiando a origem racial social e geograficamente determinada dos sujeitos centrais na constituição social brasileira, Lindo Faya traz em sua argumentação elementos de etnocentrismo. Ao afirmar a “superioridade” do índio em relação ao europeu, descarta inteiramente qualquer possibilidade de interação entre as culturas na construção social, cabendo ao português a tarefa de civilizar os nativos. Além disso, o autor parte da Europa para entender o Brasil quando privilegia o estudo das origens sócio-econômicas dos colonizadores ao invés de buscar compreender as relações sociais das tribos indígenas.

Em “O problema de uma raça”, Geraldo Brandão estabelece um diálogo com os “egualitaristas”⁸ corroborando a teoria da desigualdade racial, baseando-se em autores que, teoricamente, já deveriam estar superados devido ao deslocamento retórico da noção de raça. Defendendo a superioridade da raça germânica e anglo-saxônica, Brandão considera o “egualitarismo”⁹ uma:

Reação que não podendo combater a ideia da raça germânica, superior, colocando-a em estado de inferioridade a outras raças, lançou a tese da egualdade de todas as raças. (...) os reacionarios nada mais fizeram que impedir o avanço da ciência – porque é indiscutível que o estudo dos grupos humanos, da biologia diferencial, da psicologia diferencial das raças é objeto da ciência. (1940:1885).

⁷ Os primeiros colonizadores seriam provenientes da pequena burguesia portuguesa. (apud FAYA, 1940:1684).

⁸ Referência a Lindo Faya e Daisy Brescia.

⁹ Nesse contexto, interpretação que busca a igualdade racial entre índios, brancos e negros.

O autor afirma compreender que a raça humana (no sentido antropológico) é uma abstração, admite a miscigenação devido à mudança dos espaços geográficos, refuta as hipóteses do poligenismo e do monogenismo e entende a raça como efeito. Contudo, mesmo colocando estes elementos, defende a idéia da desigualdade racial biologicamente determinada, utilizando o conceito definido por Ellis Junior¹⁰: “o conjunto mais ou menos numeroso de indivíduos de idêntica constituição biológica, a qual transmite por hereditariedade aos descendentes” (*apud* BRANDÃO, 1940:1886). Afirmando a objetividade de Gobineau e Chamberlain na tentativa de resolver o “problema racial”, bem como delegando à biologia e à psicologia o estudo da constituição das raças, Brandão condena a tese da “igualdade” por considerá-la um atraso na ciência. Para ele, raça é igual a povo e cada povo tem as suas características somáticas, físicas, psicológicas e morais bem definidas, transmitidas hereditariamente. Nesse sentido, ignora o “subjetivismo”¹¹ e descarta qualquer possibilidade de relativizar a superioridade das raças civilizadoras dos povos bárbaros.

Na segunda parte do trabalho, passando especificamente ao estudo da “raça negra”, afirma que o progresso desigual das sociedades africanas - que possuiriam diferentes estágios de cultura, civilização e produção proporcionais ao “grau de pureza do sangue” dos negros -, teria sido proporcionado pelo caldeamento com efeitos eugenizantes dos negros puros com os povos avançados (árabes e berberes): “Nas tribos de negros puros, são estes mestiços que dominam como elemento de aristocracia, como sacerdotes e como proprietários de rebanhos” (1940:1891). Nesse sentido, o meio geográfico não seria suficiente para explicar a improdutividade da raça negra, pois ninguém havia provado que o meio natural “das raças caspianas ou alpinas era mais favorável que a dos proto-negroides”, e ainda, “si o meio social de diversas raças é diferente, esta diferença não caiu do céu, mas sim é devida ao fato que certas raças foram capazes de criar um meio social complexo enquanto outras não o foram” (1940:1891).

É importante perceber a perspectiva do autor quando é mencionada a influência do meio social: as raças constituiriam suas sociedades mais ou menos complexas a partir de suas características determinadas biologicamente, ou seja, o meio social dependeria da raça ao invés de a raça ser construída pelo meio social. A menção aos testes que comprovariam o “baixo coeficiente mental” dos africanos, somada à análise das teses de Nina Rodrigues¹²,

¹⁰ Note-se que este é o mesmo autor da classificação dos tipos raciais utilizada por Lindo Faya.

¹¹ O subjetivismo é uma espécie de relativismo cultural, no qual a superioridade ou inferioridade de uma raça é considerada, segundo Brandão, uma “apreciação puramente subjetiva”. (1940:1888).

¹² A causa da inferioridade incontestável da raça negra seria a anomalia evolutiva, ou seja, a incapacidade de os negros absorverem a evolução adiantadíssima da civilização européia.

Havelock Ellis¹³, Mandarini¹⁴, e Prof. Morselli¹⁵ (*apud* BRANDÃO, 1940:1891-93), sustentam o argumento do autor.

Ao longo de sua tese, Geraldo Brandão reivindica as teorias racistas do século XIX para justificar a superioridade das raças germânica e a anglo-saxônica em relação às demais. Negando qualquer possibilidade de explicação da constituição das raças a partir dos meios geográfico e social, o autor parte para a noção biológica quando se propõe a compreender a sociedade, bem como a apontar alguns caminhos para o futuro do Brasil a partir do estudo das relações raciais. Tendo em vista as perspectivas teóricas do autor, a única conclusão a que posso chegar é a de que a explicação da formação social brasileira, bem como a construção de uma identidade nacional, deve subjugar os negros e seus descendentes. Portanto, longe de existir um deslocamento retórico da noção de raça o que observamos em Brandão é o retorno do racismo nas ciências sociais.

Em “Houve superioridade racial dos primeiros povoadores?”, Daisy Brescia, propondo-se a responder às mesmas questões colocadas por Lindo Faya e Geraldo Brandão, ao contrário de seus colegas, menciona os trabalhos de Gilberto Freyre e Franz Boas, ambos citados por Martínez-Echazábal como os marcos do deslocamento retórico da noção de raça do âmbito biológico para o cultural. Após resumir as teses “aristocráticas” de Gobineau e Chamberlain, a autora coloca algumas das categorias de análise de Boas:

Mas as teorias racistas que tão grande relevo tiveram no século XIX não resistiram à etnologia e à análise dos diferentes e reais elementos que concorrem para a formação das raças. (...) As recentes investigações do prof. Boas, tentam mostrar que os caracteres somáticos de uma raça alteram-se muito de uma geração para a outra, apenas com a mudança de um novo ambiente. (1940:1856).

Considerando a discussão sobre a raça um dos itens “primordiais do problema nacional”, bem como apresentando as teses de Roquette Pinto (os males do Brasil provêm da escravidão e das condições sociais dos negros e mestiços) e Alberto Torres (o índio puro, o negro puro e o mulato são capazes de atingir o mais alto nível cultural) (*apud* BRESCIA, 1940:1858), critica a tese da superioridade racial dos dolicocefalos. Ao mesmo tempo, a perspectiva biológica não é questionada no momento em que a autora apresenta provas de que

¹³ A civilização européia, de tão superior que era, deveria ser imposta lentamente aos bárbaros, para que estes tivessem condições de absorvê-la.

¹⁴ Afirma a infantilidade do negro em relação ao europeu quando fala em civilização.

¹⁵ A massa encefálica inferior à do branco, o aparelho mastigatório que possui caracteres animalescos e as faculdades de abstração pobres condicionariam os negros a estarem para sempre atrasados em relação aos brancos na construção de sua civilização.

sociedades que não possuíam qualquer ligação com os europeus superiores constituíram civilizações avançadas, ou seja, ainda existe uma classificação de raças primordiais.

Na segunda parte do artigo, Brescia discorre sobre a origem dos primeiros colonizadores do Brasil partindo da formação social e cultural portuguesa combinada à idéia de que a raça branca européia já estava misturada. Para abordar a mestiçagem, é exposta a tese de Gilberto Freyre, considerada “um ponto de vista novo” pelo fato de privilegiar as dimensões econômica, social, cultural e familiar em detrimento de elementos biológicos na compreensão da constituição da sociedade brasileira a partir da miscigenação das raças (*apud* BRESCIA, 1940: 1860). Mesmo expondo aspectos centrais da obra de Freyre, a autora defende a tese de Ellis Junior ao explicar o que entende por superioridade racial:

Ora, a opinião do doutor Ellis, pela simples classificação dos primeiros povoadores pelos caracteres morfológicos, vê-se, baseia-se numa teoria de superioridade racial. Mas considera contrariamente a Oliveira Vianna a superioridade dos primeiros povoadores, não porque saem duma classe aristocrática (...), mas porque é proveniente duma plebe eugênica. Contudo, se o ponto de vista desse autor ainda necessitaria de certas restrições; compreendemos superioridade não racial, mas expressa numa certa adaptação ao clima tropical do Brasil (...) (1940:1870).

A “plebe eugênica”, da qual eram provenientes os primeiros colonizadores portugueses, foi capaz de adaptar-se às condições climáticas e geográficas de seu país de origem. Adaptação que foi transferida para o solo brasileiro, o que proporcionou um bom caldeamento com os nativos. Mesmo que a superioridade racial seja entendida como o resultado da adequação do português ao clima tropical, este mesmo português é classificado como um tipo racial primordial, não sendo o resultado do meio social ou geográfico, permanecendo dessa forma elementos biológicos na explicação da constituição das raças.

Na conclusão de seu trabalho, Brescia, enfatizando a questão econômica e tecnológica a partir da imigração italiana para São Paulo, bem como refutando as teses pessimistas de incompatibilidade da natureza de povos de cor com a civilização, afirma:

É indiscutível o desenvolvimento do Brasil e sua tendencia sempre crescente ao progresso. (...) Mas, não creiamos absurdo concluir por uma superioridade do primeiro povoamento brasileiro, não no sentido duma raça ariana, ou de traços morfológicos, mas medindo a capacidade de adaptação e eugenia dos primeiros colonizadores. (...) E não há dúvida, que esse elemento, debaixo da mestiçagem e seleções diversas, com o correr dos seculos tem conseguido apoderar-se do solo brasileiro. (1940:1871-73).

Apresentando elementos do etnocentrismo cultural, admitindo a capacidade de os europeus se adaptarem em solo nacional e, conseqüentemente, constituir uma civilização que rumava para o progresso, bem como utilizando termos como “eugenia” e “adaptação”, a autora afirma a superioridade dos primeiros colonizadores europeus em relação ao elemento nativo e, posteriormente, ao negro quando da formação social brasileira. Apesar de mencionar Franz Boas e Gilberto Freyre, não avança no deslocamento retórico da noção de raça.

Contrariando a hipótese de Lourdes Martínez-Echazábal, o deslocamento retórico da noção de raça do biológico para o cultural não foi incorporado ao menos nos trabalhos dos alunos da USP. Considerando que os autores dos artigos eram universitários e que certamente conheciam as discussões teórico-metodológicas a respeito das ciências sociais, a questão é por que não ultrapassaram a matriz biológica.

Referências bibliográficas:

BRESCIA, D. (1940). Houve superioridade racial dos primeiros povoadores? **Anais do Terceiro Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. 3: 1855-1873.

BRANDÃO, G. (1940). O problema de uma raça. **Anais do Terceiro Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. 3: 1885-1894.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Carlos: EDUSC, 2005.

FAYA, L. (1940). A questão da superioridade racial e sua aplicação aos primeiros colonizadores do Brasil. **Anais do Terceiro Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. 3: 1675-1684.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos Chor (org). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, pp. 107-124.

PETRUCCELLI, José Luis. As doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930) Arthur de Gobineau e Louis Couty no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v.7, dez. 1996, pp. 1-16.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor (org). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, pp. 41-58.